Boletim do Sepe

INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE MUNICIPAL

Nº 09 | Finalizada em: 28/04/2023

MAIS LIVROS MENOS ARMAS

31 maio

CATEGORIA FARÁ VIGÍLIA DURANTE AUDIÊNCIA COM SECRETÁRIO FERREIRINHA

Audiência foi marcada no dia 26/04, após paralisação e ato na Prefeitura

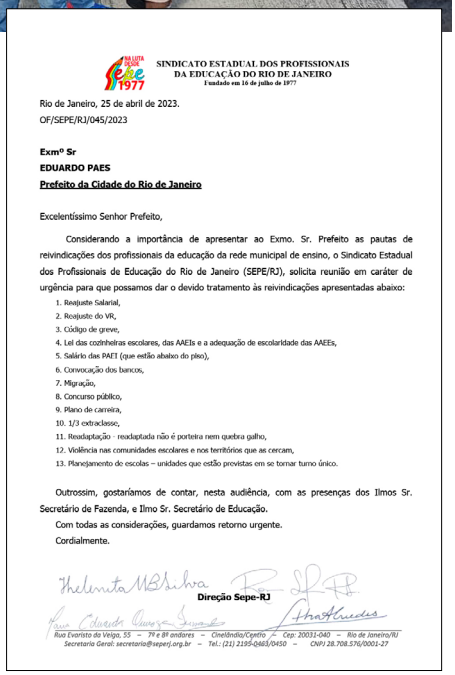
Foto: Diogo Andrade/Sepe

A assembleia da rede municipal do Rio de Janeiro do dia 26/4 aprovou uma vigília na prefeitura no dia 31 de maio, a partir das 17h, para acompanhar

A audiência foi conquistada durante reunião com o assessor do Gabinete da SME-RJ, Willmann Costa, durante protesto da categoria realizado neste mesmo dia na porta da prefeitura.

A próxima assembleia da categoria será no dia 03 de junho, em local a ser confirmado, sem paralisação. Nesta plenária, os profissionais poderão avaliar e debater o resultado da audiência com Renan Ferreirinha.

A rede municipal RJ cobra o atendimento à sua pauta: a reposição das perdas salariais de 2019 até 2022, que não foram cobertas com o último reajuste de 5,3% (concedido em dezembro de 2022); convocação de todos os concursados; a migração dos professores de 16 horas e 22,5h para 40h (em vez de contratos temporários de professores); concursos públicos, em todas as áreas; novo concurso com adequação da escolaridade das AAEEs (Agente de Apoio à Educação Especial); reconhecimento da escolaridade das AEIs (Agente da Educação Infantil), entre outras.



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 16 de julho de 1977

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2023.
OF/SEPE/RJ/045/2023

Exmº Sr
EDUARDO PAES
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Considerando a importância de apresentar ao Exmo. Sr. Prefeito as pautas de reivindicações dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), solicita reunião em caráter de urgência para que possamos dar o devido tratamento às reivindicações apresentadas abaixo:

1. Reajuste Salarial,
2. Reajuste do VR,
3. Código de greve,
4. Lei das cozinheiras escolares, das AAEIs e a adequação de escolaridade das AAEEs,
5. Salário das PAEI (que estão abaixo do piso),
6. Convocação dos bancos,
7. Migração,
8. Concurso público,
9. Plano de carreira,
10. 1/3 extraclasse,
11. Readaptação - readaptada não é porteira nem quebra galho,
12. Violência nas comunidades escolares e nos territórios que as cercam,
13. Planejamento de escolas – unidades que estão previstas em se tornar turno único.

Outrossim, gostaríamos de contar, nesta audiência, com as presenças dos Ilmos Sr. Secretário de Fazenda, e Ilmo Sr. Secretário de Educação.

Com todas as considerações, guardamos retorno urgente.

Cordialmente.

Direção Sepe-RJ

Rua Evaristo da Veiga, 55 – 7º e 8º andares – Cinelândia/Centro – Cep: 20031-040 – Rio de Janeiro/RJ
Secretaria Geral: secretaria@seperj.org.br – Tel.: (21) 2195-0465/0450 – CNPJ 28.708.376/0001-27

Ofício enviado pelo Sepe, com os temas da audiência solicitada.

Governo Federal reajustou receitas do Fundeb 2022: estado e municípios do Rio receberão mais R$ 918 milhões

Resende/RJ	5.175.587,49
Rio Bonito/RJ	3.079.222,09
Rio Claro/RJ	989.526,70
Rio das Flores/RJ	673.119,49
Rio das Ostras/RJ	8.439.693,29
Rio de Janeiro/RJ	249.183.320,21
Santa Maria Madalena/RJ	568.996,71
Santo Antônio de Pádua/RJ	1.948.502,01

A Portaria Interministerial nº 1/2023, publicada no DO da União dia 20/04, divulga o demonstrativo de ajuste anual do Fundeb ainda do exercício 2022. Ou seja, trata-se de um reajuste das receitas do Fundeb naquele ano. Com isso, o estado do Rio de Janeiro e seus 92 municípios deverão receber R$ 918.984.502,69, no dia 30/04/2023, relativo ao Ajuste da Complementação da União-VAAF do Fundeb, conforme previsto no Art. 16, § 3º, Lei nº 14.113/2020. O valor do ajuste para o FUNDEB para a cidade do Rio de Janeiro em 2022 será de R$ 249,1 milhões. O valor foi depositado no dia 28/04 nas contas do município.

PLANO DE CARREIRA

O Sepe enviou um pedido de audiência, urgente, para o prefeito Eduardo Paes, com todas as nossas reivindicações (cópia na página 1), incluindo as questões salariais e o Plano de Carreira. Este ano, o atual plano completa 10 ano de existência, desde o momento em que foi implementado, em 2013, pelo mesmo Eduardo Paes, de forma açodada e com uma discussão mínima com a categoria e com o Sepe. A nossa reivindicação principal é que o plano seja revisado, pois queremos um plano unificado, com todas as carreiras presentes. Portanto, esse ajuste da receita do Fundeb pode garantir uma verdadeira valorização do conjunto dos profissionais da rede municipal.

LEIA A PORTARIA:
bit.ly/PortariaComplementaVerbaFundeb

Violência Não!

Os profissionais de educação da rede municipal sofrem a violência dos tiroteios e ameaças às escolas, que saem na imprensa.
Mas a categoria também sofre outro tipo de violência provocado por anos de abandono por parte das gestões – são as violências cotidianas na escola:

O assédio das direções; o assédio das famílias; assédio das CREs e da SME; do secretário de Educação Ferreirinha e do prefeito Paes, que não nos recebem, não dão garantia da aplicação do 1/3 de planejamento; não reconhecem a lei das cozinheiras e das AEIs; não fazem a adequação da escolaridade das AAEEs; não convocam o banco de espera dos concursados e da migração.

É a violência da não realização de novos concursos; a violência das contratações de temporários e terceirizações, que enfraquecem nosso caixa previdenciário. A violência pelo desrespeito à "origem". A violência da não transparência das informações de planejamento a médio prazo (quais escolas vão virar turno único? Ou qual a regra do acesso mais seguro?). a violência do desvio de função ou do acúmulo de função devido à carência de profissionais.

A violência pelo Não reajuste no vale alimentação e a Não reposição integral das perdas salariais, desde 2019. Em resumo, é a violência da não valorização profissional dos educadores das escolas municipais do Rio de Janeiro.

Sepe cobrou respostas da SME, durante solenidade, no dia 12 de abril

Rede municipal participou da Greve Nacional da Educação

Luiz Paulo Correa e Castro/Sepe

Os profissionais da rede municipal realizaram greve de 24 horas no dia 26/04, Dia Nacional de Greve da Educação, convocado pela CNTE em todo o País, em defesa do piso salarial para todas as carreiras de educadores e pela revogação do NEM.

Gustavo Sixel/Sepe

Na parte da tarde, os profissionais da rede municipal do Rio de Janeiro realizaram uma assembleia e, em seguida, participaram de ato unificado com a rede estadual e outras redes, se concentrando na Candelária e, depois, marchando até a Cinelândia.

ANOTE NA AGENDA

25/05 a 27/05
XVI Congresso Ordinário do Sepe

31/05
Audiência com o secretário Ferreirinha, 17h, na sede da SME, com vigília do Sepe

03/06
Assembleia da rede municipal (local a definir)

Justiça concede liminar ao Sepe na ação em defesa dos secretários escolares

Prefeitura terá que oferecer curso de capacitação e pagar gratificação de desempenho

A Juíza Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública, Mirela Erbisti, concedeu liminar na Ação Civil Pública do Sepe contra o Município do Rio de Janeiro e determinou que a prefeitura ofereça e finalize no prazo de 6 meses o curso de capacitação para todos os secretários escolares que tenham tomado posse nos últimos dois anos e meio (totalizando, assim, o prazo máximo de 3 anos que determina o Decreto).

A juíza determinou ainda, que o governo municipal proceda ao pagamento da competente gratificação de desempenho a partir do dia 1º do mês subsequente à aprovação no curso, sob pena de multa do dobro do valor da gratificação, individualmente considerado.

Caso a determinação não seja acatada, a Prefeitura do Rio de Janeiro terá de pagar multa de R$ 500 mil mensais, sem prejuízo das outras medidas judiciais cabíveis pelo descumprimento da decisão judicial.

ENTENDA O CASO

A Ação Civil Pública ajuizada pelo Sepe visava o imediato e efetivo cumprimento da Lei Municipal nº 5335/2011 e do Decreto Municipal nº 44.679/2018, no sentido da realização de cursos de capacitação aos secretários escolares não contemplados em cursos anteriores, bem como o pagamento da gratificação de desempenho aos secretários escolares aprovados nos referidos cursos de capacitação inicial e intermediário.
Após a interposição da ação pelo SEPE, o Município cumpriu parcialmente a legislação, porém manteve situações distintas que a liminar agora concedida visa corrigir de modo a garantir a plena capacitação dos secretários escolares e da competente gratificação de desempenho a todos.

Câmara Municipal realizou audiência pública sobre a Educação Infantil

A direção do Sepe participou, dia 28 de abril, da audiência pública conjunta convocada pelas Comissões do Direito da Criança e do Adolescente e da Comissão de Educação, com o tema: **"Ameaças e Violações de Direitos na Educação Infantil Carioca"**. O secretário Renan Ferreirinha, tal qual na audiência realizada dia 29/03 que discutiu a carência de profissionais na rede, não compareceu e foi representado pelo subsecretário executivo, Antoine Lousão. Parlamentares e representantes de outras entidades do movimento civil, profissionais de educação e professores concursados também estiveram presentes na audiência, reivindicando mais investimentos e melhorias na educação infantil municipal.

O sindicato levou para o encontro um acumulado de questões e reivindicações levantadas em diversas plenárias realizadas pelo NEEI/Sepe (Núcleo de Estudos da Educação Infantil).

As críticas mais gerais foram a ausência de Ferreirinha e a visão de uma rede idealizada pela prefeitura, que não condiz com a realidade de carências, falta de estrutura e de segurança vivida pelos profissionais e responsáveis no chão das escolas, creches e EDIs da prefeitura do Rio de Janeiro.

Luiz Paulo Correa e Castro/Sepe

MP marca nova audiência no inquérito sobre condições de trabalho das merendeiras

A 3ª Promotoria de Justiça da Educação do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) agendou para o dia 25 de maio, às 11h30, nova audiência no inquérito civil público, que apura a denúncia do Sepe a respeito do impacto das condições de trabalho no adoecimento em massa das merendeiras da rede municipal do Rio de Janeiro.

Este inquérito foi instaurado junto ao MP-RJ a partir da representação apresentada pelo Departamento Jurídico do Sepe, em razão das péssimas condições trabalho e do adoecimento em massa das cozinheiras escolares. Tal situação já ocasionou entre outras iniciativas, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pela Câmara Municipal, que também confirmou todas as denúncias apresentadas pelo sindicato.

O Departamento Jurídico do sindicato fará uma reunião com a Comissão de Cozinheiras Escolares, no dia 08 de maio, a partir das 18h. O encontro servirá para a preparação das questões que serão levadas para a audiência com o MP-RJ.

NA LUTA DESDE 1977 Sepe

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457
(Agendar atendimento, 10h às 16h).

www.seperj.org.br
instagram.com/**sepe_rj**
facebook.com/**Seperj**
youtube.com/**SepeRJoficial**
twitter.com/**RjSepe**

seperj.org.br/filiacao